

# Salário de iniciante: R\$ 5 mil

JERSON KELMAN

**H**á uma transformação em curso na administração pública federal decorrente de uma orientação governamental para que praticamente todas as atividades sejam realizadas por servidores públicos e não por funcionários terceirizados. No caso da Agência Nacional de Energia Elétrica, o apoio administrativo passou a ser realizado nos últimos anos por servidores de nível médio. Como aponta o editorial do GLOBO (29/08/08), “contratar funcionários estáveis significa eternizar uma despesa flexível na terceirização”.

Há razoável convergência entre os estudiosos do tema no sentido de que as atividades típicas de Estado — fiscalização, por exemplo — devem ser exercidas por servidores estáveis. Porém, quando se trata de atividades de apoio, há quem defenda, como é o meu caso, que haja flexibilidade. Passados alguns anos da substituição de terceirizados por concursados, é possível abandonar o enfrentamento ideológico pela nua e crua observação dos fatos. Vamos a eles.

Quatro anos atrás a Aneel assinou um Termo de Compromisso com o Ministério Público que estabeleceu a meta de realizar o provimento dos cargos das carreiras criadas pela lei nº 10.871/04, no período de 2004 a 2006, com a conseqüente dispensa do pessoal contratado de forma terceirizada. Em 2004 realizou-se o primeiro concurso público para preenchimento de vagas para 220 cargos de nível superior e 70 de nível médio (técnicos administrativos). Depois de um ano, só restavam 44 desses servidores. Ou seja, uma perda de 37%!

Um novo concurso para o provimento de 130 técnicos administrativos só pôde ser realizado em 2006, após autorização do Planejamento que detém a competência para permitir esse procedimento. Porém, apenas metade dos que tomaram posse desde 2004 continua na Aneel. O que explica o fenômeno?

Para responder a essa questão é preciso analisar o perfil de quem passa nesses concursos públicos. A grande maioria deles, 84%, tem nível superior e os restantes 16% são alunos do terceiro grau. Portanto, todos são superqualificados para as

funções de nível médio. No entanto, esses servidores não se avexam da situação porque, basicamente, “estão de passagem”. Ou seja, técnico administrativo é, em geral, uma “carreira trampolim”, que serve apenas para posicionar o profissional numa situação confortável para a realização do próximo concurso, se possível a curtíssimo prazo.

Nada de errado que um servidor de nível médio aspire e se prepare para passar em concurso de nível superior. Só que, em se tratando de um fenômeno generalizado, a Agência perde a memória institucional e torna-se cronicamente deficitária de apoio administrativo.

A recente medida provisória 441 tenta resolver o problema por meio de um reajuste salarial de 100%. Agora o vencimento de um servidor de nível médio em início de carreira é cerca de R\$ 5 mil. Como esse valor é muitíssimo acima do mercado, a tendência é de diminuição da evasão. Porém, a um custo proibitivo para o país. Melhor seria permitir a terceirização.

JERSON KELMAN é diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica.